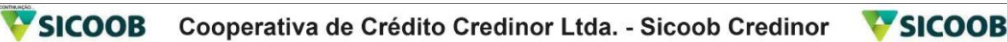


SICOOB Cooperativa de Crédito Credinor Ltda. - Sicoob Credinor **SICOOB**



Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2023

Montes Claros/Minas Gerais



Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos	21.816.860,16	59.351.427,54	80.970.068,12	45.267.509,42	-	45.267.509,42
TOTAL	21.816.860,16	59.351.427,54	80.970.068,12	45.267.509,42	-	45.267.509,42

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23		31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.223.209,28	-	7.612.522,67	2.121.951,02

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a) - Nota 35.2	14.798.422,77	14.798.422,77	29.596.845,54	12.681.077,82	12.681.077,82	25.362.155,64
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	509.599,87	509.599,87	1.019.199,74	509.599,87	509.599,87	1.019.199,74
CPR-F (b)	1.575.333,06	2.369.874,81	3.945.207,87	-	-	-
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.575.333,06	17.177.897,49	18.753.230,55	13.190.677,69	13.190.677,69	26.381.355,38
(1) Outras No País (c)	(12.360,20)	(23.056,40)	(35.416,60)	-	-	-
(2) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(12.360,20)	(23.056,40)	(35.416,60)	-	-	-
TOTAL	1.562.972,86	17.154.841,09	18.717.813,95	13.190.677,69	13.190.677,69	26.381.355,38

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição ou o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 14/02/2022. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não altera a essencialidade dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.6 do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

(c) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão referente a desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23		31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas de Títulos de Renda Fixa	43.861,00	-	43.861,00	-
(1) Provisão para Desvalorização de Títulos Livres - CPRs	(35.416,60)	-	(35.416,60)	-
TOTAL	8.444,40	-	8.444,40	-

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimo e Títulos Descontados	236.203.733,52	111.272.555,78	347.476.289,30	215.826.394,42	111.478.918,22	327.305.312,64
Financiamento	38.491.379,87	59.204.411,27	97.695.791,14	30.820.304,98	59.807.584,93	90.737.889,91
Empréstimo Rural	32.325.059,87	13.692.512,54	46.017.572,41	28.675.296,56	42.827.723,67	71.503.020,23
Total de Operações de Crédito	276.220.173,26	124.569.479,59	400.789.652,85	254.324.000,38	114.109.226,82	368.433.227,20
(1) Provisões para Operações de Crédito	(25.114.402,45)	(20.101.573,83)	(45.215.976,28)	(19.483.285,58)	(14.508.347,24)	(33.991.632,82)
TOTAL	251.105.770,81	104.467.905,76	355.573.676,57	234.840.714,80	99.599.879,58	334.440.594,38

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de risco / Situação	Empréstimo / TD		Financiamentos		Total em 31/12/2023		Provisões 31/12/2023		Total em 31/12/2022		Provisões 31/12/2022	
	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90
AA - 0,5% Normal	15.319.223,06	2.753.487,28	5.592.111,02	23.064.821,04	20.911.334,08	2.753.487,28	5.592.111,02	23.064.821,04	17.710.910,68	2.753.487,28	5.592.111,02	23.064.821,04
A - 0,5% Normal	77.626.233,29	24.918.848,56	35.379.373,38	107.922.459,23	112.549.602,66	24.918.848,56	35.379.373,38	107.922.459,23	102.518.510,92	24.918.848,56	35.379.373,38	107.922.459,23
B - 1% Normal	90.523.371,41	41.158.149,48	23.666.695,58	135.347.216,47	144.681.520,89	41.158.149,48	23.666.695,58	135.347.216,47	144.681.520,89	41.158.149,48	23.666.695,58	135.347.216,47
B - 1% Vencidas	1.436.889,91	62.002,61	-	1.498.892,52	1.498.892,52	62.002,61	-	1.498.892,52	1.498.892,52	62.002,61	-	1.498.892,52
C - 3% Normal	57.084.855,76	18.739.732,67	7.466.931,64	84.281.520,07	84.281.520,07	18.739.732,67	7.466.931,64	84.281.520,07	84.281.520,07	18.739.732,67	7.466.931,64	84.281.520,07
C - 3% Vencidas	1.690.362,14	74.833,64	178.327,55	1.943.523,33	1.943.523,33	74.833,64	178.327,55	1.943.523,33	1.943.523,33	74.833,64	178.327,55	1.943.523,33
D - 10% Normal	14.140.269,25	3.261.123,48	659.356,38	18.060.749,11	18.060.749,11	3.261.123,48	659.356,38	18.060.749,11	18.060.749,11	3.261.123,48	659.356,38	18.060.749,11
D - 10% Vencidas	6.521.493,91	283.345,37	226.254,24	6.805.093,52	6.805.093,52	283.345,37	226.254,24	6.805.093,52	6.805.093,52	283.345,37	226.254,24	6.805.093,52
E - 30% Normal	6.540.994,97	1.024.697,04	846.928,87	8.412.620,88	8.412.620,88	1.024.697,04	846.928,87	8.412.620,88	8.412.620,88	1.024.697,04	846.928,87	8.412.620,88
E - 30% Vencidas	3.147.346,88	522.984,37	87.832,05	3.758.163,30	3.758.163,30	522.984,37	87.832,05	3.758.163,30	3.758.163,30	522.984,37	87.832,05	3.758.163,30
F - 50% Normal	2.930.462,28	268.649,91	304.927,64	3.504.039,83	3.504.039,83	268.649,91	304.927,64	3.504.039,83	3.504.039,83	268.649,91	304.927,64	3.504.039,83
F - 50% Vencidas	3.105.335,67	207.995,77	135.734,21	3.449.065,65	3.449.065,65	207.995,77	135.734,21	3.449.065,65	3.449.065,65	207.995,77	135.734,21	3.449.065,65
G - 100% Normal	1.698.947,74	112.627,05	20.116,85	1.831.691,64	1.831.691,64	112.627,05	20.116,85	1.831.691,64	1.831.691,64	112.627,05	20.116,85	1.831.691,64
G - 100% Vencidas	2.864.334,04	522.984,37	87.832,05	3.455.150,46	3.455.150,46	522.984,37	87.832,05	3.455.150,46	3.455.150,46	522.984,37	87.832,05	3.455.150,46
H - 100% Normal	7.808.952,85	97.838,91	735.124,31	8.681.916,07	8.681.916,07	97.838,91	735.124,31	8.681.916,07	8.681.916,07	97.838,91	735.124,31	8.681.916,07
H - 100% Vencidas	16.077.248,46	1.418.102,08	200.860,79	17.705.211,33	17.705.211,33	1.418.102,08	200.860,79	17.705.211,33	17.705.211,33	1.418.102,08	200.860,79	17.705.211,33
Total Normal	383.683.254,57	1.418.102,08	74.875.585,14	469.876.941,79	469.876.941,79	1.418.102,08	74.875.585,14	469.876.941,79	469.876.941,79	1.418.102,08	74.875.585,14	469.876.941,79
Total Vencidas	33.893.034,58	4.240.635,69	838.098,88	38.971.768,31	38.971.768,31	4.240.635,69	838.098,88	38.971.768,31	38.971.768,31	4.240.635,69	838.098,88	38.971.768,31
Total Geral	317.476.289,30	96.695.791,14	75.417.573,94	469.876.941,79	469.876.941,79	96.695.791,14	75.417.573,94	469.876.941,79	469.876.941,79	96.695.791,14	75.417.573,94	469.876.941,79
Provisões	(38.778.229,30)	(4.240.389,78)	(2.194.389,78)	(45.215.976,28)	(45.215.976,28)	(4.240.389,78)	(2.194.389,78)	(45.215.976,28)	(45.215.976,28)	(4.240.389,78)	(2.194.389,78)	(45.215.976,28)
Total Líquido	278.698.060,00	92.455.401,36	73.221.264,16	424.660.965,51	424.660.965,51	92.455.401,36	73.221.264,16	424.660.965,51	424.660.965,51	92.455.401,36	73.221.264,16	424.660.965,51

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diária):

Tipo	Até 90		De 91 a 360		Acima de 360		31/12/2023	31/12/2022
	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90	Normal	Até 90
Empréstimo e Títulos Descontados	110.433.346,92	29.928.832,64	9.947,29	28.877.126,34	126.805,42	29.928.832,64	110.433.346,92	29.928.832,64
Financiamentos	35.463,29	55.463,29	9.947,29	64.800,76	126.805,42	55.463,29	35.463,29	55.463,29
Financiamentos Rurais	3.351.656,79	28.973.402,51	43.092.514,64	77.147.573,94	126.805,42	28.973.402,51	3.351.656,79	28.973.402,51
TOTAL	123.948.066,20	151.072.116,49	21.989.489,16	168.048.504,36	253.817,26	151.072.116,49	123.948.066,20	151.072.116,49

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Sector Privado - Comércio	100.433.346,92	25.928.832,64	9.947,29	25,87%	126.374.126,85	122.282.605,40
Sector Privado - Indústria	35.463,29	55.463,29	9.937,55	0,01%	84.800,75	129.636,99
Sector Privado - Serviços	104.874.046,20	41.973.835,14	1.228.706,38	30,31%	148.076.587,56	139.522.313,17
Pessoa Física	111.992.292,94	27.500.705,92	73.919.057,32	43,68%	213.412.846,18	216.005.058,05
Outros	119.250.211,29	202.417,44	246.725,39	0,14%	661.293,04	617.655,56
TOTAL	317.476.289,30	96.695.791,14	75.417.573,94	100,00%	488.589.854,30	488.587.269,17

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo Inicial	(32.891.632,82)	-	(28.927.731,09)	-
Constituições / Reversões no período	16.803.109,04	-	16.803.109,04	-
Transferências para prejuízo no período	(45.215.976,28)	-	(45.215.976,28)	-
Saldo Final	(61.294.500,06)	-	(57.340.602,33)	-

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	% Carteira Total	Circulante	% Carteira Total
Maeor Devedor	27.119.936,79	6,46%	23.729.621,15	4,92%
Outros Devedores	74.122.764,16	14,93%	64.068.306,44	13,29%

Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Montes Claros/Minas Gerais

SICOOB Cooperativa de Crédito Creditor Ltda. - Sicoob Creditor

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	128.852,72	-	128.852,72	119.092,88	-	119.092,88
Seguros Contratados a Receber	1.518,51	-	1.518,51	1.518,51	-	1.518,51
Plano de Saúde a Receber	188.694,36	-	188.694,36	148.510,42	-	148.510,42
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	51.764,45	-	51.764,45	61.224,47	-	61.224,47
Diferença de Caixa	8,67	-	8,67	620,00	-	620,00
Estoque de Faltas	8.892,08	-	8.892,08	-	-	-
Pendências Avulsas	233.800,11	-	233.800,11	18.317,15	-	18.317,15
TOTAL	613.521,90	-	613.521,90	349.283,43	-	349.283,43

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
Obras de Arte	25.250,00	-	13.000,00	-
TOTAL	25.250,00	-	13.000,00	-

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4/817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023		31/12/2022	
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	14.589,00	-	-	-
Imobilizado em Curso (a)	-	4.689.086,47	-	6.919.581,79	-
Terranos	-	1.446.301,64	-	1.446.301,64	-
Calçadas	4%	9.727.438,98	-	6.919.425,96	-
Instalações	10%	772.571,89	-	2.053.257,79	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	10.085.275,44	-	6.088.880,45	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.466.653,72	-	3.988.527,76	-
Sistema de Segurança	10%	1.548.096,71	-	1.029.842,70	-
Sistema de Transporte	20%	387.192,38	-	536.936,84	-
Beneficiários em Imóveis de Terceiros	-	10.528.327,69	-	3.131.465,76	-
Total de Imobilizado de Uso	-	37.686.382,34	-	32.129.169,34	-
F1 Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-	62.129.974,91	-	2.063.167,24	-
F1 Depreciação Acumulada de Instalações	-	354.162,63	-	860.105,89	-
F1 Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	4.486.670,19	-	6.924.254,77	-
F1 Depreciação Acum. Veículos	-	1.149.121,25	-	2.063.161,92	-
F1 Depreciação Beneficiários em Imóveis de Terceiros	-	140.297,52	-	417.590,53	-
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	-	(68.114.216,10)	-	(9.680.319,34)	-
TOTAL	-	29.572.166,24	-	22.448.849,99	-

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023		31/12/2022	
Sistemas de Processamento de Dados	20%	7.300,00	-	145.247,89	-
Intangível	-	7.300,00	-	145.247,89	-
F1 Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	-	(3.302,10)	-	(130.789,59)	-
Total de Amortização de ativos Intangíveis	-	(3.302,10)	-	(130.789,59)	-
TOTAL	-	3.997,90	-	8.458,30	-

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	200.608.984,46	-	200.608.984,46	160.003.333,78	-	160.003.333,78
Depósito Sob Aviso	2.006.568,94	-	2.006.568,94	1.985.621,08	-	1.985.621,08
Depósito a Prazo (b)	408.969.917,54	313.572,74	409.283.490,28	291.361,27	251.992.787,62	292.354.048,89
TOTAL	609.575.471,94	313.572,74	610.089.044,78	291.361,27	413.941.722,74	610.089.044,78

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, fixando o critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ - com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Depósitos de captação no mercado".

(c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023		% Carteira Total	31/12/2022		% Carteira Total
Maior Depositante	28.196.474,37	-	3,64%	21.611.294,91	-	4,28%
10 Maiores Depositantes	109.335.941,92	-	14,67%	73.725.909,72	-	14,47%
50 Maiores Depositantes	215.683.977,11	-	29,36%	152.295.595,61	-	29,86%

Compõe o saldo da concentração de depósitos os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceleração e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados liquidos de impostos.

(d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23		31/12/2023		31/12/2022	
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(116.708,92)	-	(240.091,77)	-	(239.423,04)	-
Despesas de Depósitos a Prazo	(23.365.911,34)	-	(41.875.128,62)	-	(25.057.072,61)	-
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.000.897,62)	-	(12.892.431,04)	-	(7.604.651,38)	-
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(751.483,57)	-	(1.333.729,08)	-	(794.037,15)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(520.979,87)	-	(933.562,19)	-	(650.716,55)	-
TOTAL	(31.675.881,32)	-	(57.274.872,70)	-	(34.366.960,71)	-

15. Recursos de Aceleração e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio e às vinculadas (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa móvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	14.300.291,72	-	14.300.291,72	9.979.888,13	-	9.979.888,13
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	19.265.976,87	107.673.166,26	126.939.143,13	162.857.875,38	63.813.680,39	226.671.555,77
TOTAL	33.566.268,59	107.673.166,26	141.239.434,85	72.837.763,51	63.813.680,39	136.651.443,90

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

(a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	21.917.529,21	-	21.917.529,21	74.314.976,38	-	74.314.976,38
TOTAL	21.917.529,21	-	21.917.529,21	74.314.976,38	-	74.314.976,38

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,00 % ao ano, com vencimento até 30/12/2031.

(b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central - Nota 35 a 2	-	-	-	4.097.525,68	-	4.097.525,68
Banco Sicoob	1.908.132,26	-	1.908.132,26	2.691.915,48	-	2.691.915,48
Repasses do País - Instituições Oficiais	3.907.831,58	-	3.907.831,58	1.563.647,22	-	1.563.647,22
TOTAL	5.815.963,92	-	5.815.963,92	8.353.088,40	-	8.353.088,40

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 10,96 % ao ano, com vencimento até 20/03/2028. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento até 13/02/2026.

(c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23		31/12/2023		31/12/2022	
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	-	-	(3.353.304,86)	-	(5.275.414,17)	-
Cooperativa Central	-	-	(273.337,13)	-	(615.576,14)	-
Outras Instituições	-	-	(276.400,86)	-	(433.986,49)	-
TOTAL	-	-	(3.905.042,85)	-	(6.324.976,80)	-

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	9.085.716,30	-	9.085.716,30	10.007,14	-	10.007,14
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	18.583,56	-	18.583,56	10.832,15	-	10.832,15
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemeelhados (b)	134.503,09	-	134.503,09	238.161,18	-	238.161,18
TOTAL	9.238.802,95	-	9.238.802,95	11.078,47	-	11.078,47

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de Energia Elétrica e Gás	66.418,09	-	66.418,09	41.600,32	-	41.600,32
Ordens de Pagamento	5.922.000,00	-	5.922.000,00	9.014.222,62	-	9.014.222,62
Cobrança de Tributos em Trânsito	86.572,57	-	86.572,57	19.220,63	-	19.220,63
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	10.719,68	-	10.719,68	25.953,57	-	25.953,57
TOTAL	6.085.716,30	-	6.085.716,30	9.100.997,14	-	9.100.997,14

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	123.052,27	-	123.052,27	409.885,85	-	409.885,85
Estaduais	-	-	-	877,57	-	877,57
Municipais	7.281,65	-	7.281,65	14.847,24	-	14.847,24
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeelhados	4.189,17	-	4.189,17	1.975,52	-	1.975,52
TOTAL	134.503,09	-	134.503,09	238.161,18	-	238.161,18

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	1.673.955,42	-	1.673.955,42	1.705.924,01	-	1.705.924,01
Provisão Para Contingências	4.240.459,83	514.415,25	4.754.875,08	3.765.507,55	185.262,80	3.950.770,35
TOTAL	6.314.415,25	514.415,25	6.828.830,50	5.471.431,56	185.262,80	5.656.694,36

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobranças concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão o para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
Cobranças Prestadas	63.470.056,61	-	51.166.454,35	-
TOTAL	63.470.056,61	-	51.166.454,35	-

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Montes Claros/Minas Gerais



Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDINOR, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 511.056,12 em 2022 totalizando R\$ 160.000,00**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	-	-	1.074.943,01	-	1.074.943,01
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	106.960,47	-	106.960,47	105.212,71	-	105.212,71
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.060.753,33	-	1.060.753,33	874.905,54	-	874.905,54
Outros (a)	351.634,13	-	351.634,13	248.363,27	-	248.363,27
TOTAL	1.519.347,93	-	1.519.347,93	1.229.423,55	-	1.229.423,55

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	226.340,27	-	226.340,27	152.871,27	-	152.871,27
ISSQN a recolher	64.646,32	-	64.646,32	54.796,73	-	54.796,73
IRPJ a recolher	3.479,02	-	3.479,02	30.864,61	-	30.864,61
ICMS a recolher	24.144,47	-	24.144,47	8.827,54	-	8.827,54
IRRF sobre juros do capital	351.634,13	-	351.634,13	248.363,27	-	248.363,27
TOTAL	351.634,13	-	351.634,13	248.363,27	-	248.363,27

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	9.119.313,11	-	9.119.313,11	9.108.884,80	-	9.108.884,80
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.527.719,49	-	1.527.719,49	907.671,42	-	907.671,42
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	5.810.400,58	-	5.810.400,58	4.186.493,88	-	4.186.493,88
Credores Diversos - País (d)	3.208.162,90	-	3.208.162,90	2.601.521,44	-	2.601.521,44
TOTAL	19.665.595,98	-	19.665.595,98	16.804.571,54	-	16.804.571,54

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.368.405,91	-	1.368.405,91	661.528,23	-	661.528,23
Contribuições e Participações a Pagar (a.2)	-	-	-	155.013,07	-	155.013,07
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	4.231.013,48	-	4.231.013,48	2.873.576,54	-	2.873.576,54
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	3.519.880,74	-	3.519.880,74	4.118.788,02	-	4.118.788,02
TOTAL	9.119.313,11	-	9.119.313,11	9.108.884,80	-	9.108.884,80

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está constituída pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constitui provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada a performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As faltas legítimas, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação de serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.959, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017).

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, a prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.253.886,33	-	3.253.886,33	2.695.292,35	-	2.695.292,35
Custos de Transmissões Interfinanceiras	104.961,31	-	104.961,31	100.913,21	-	100.913,21
Outros Proventos	608.716,27	-	608.716,27	522.884,54	-	522.884,54
Despesas com Cartões	620.388,48	-	620.388,48	110.917,70	-	110.917,70
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	258.444,15	-	258.444,15	-	-	-
Seguradora e Vigilância	99.866,51	-	99.866,51	63.629,11	-	63.629,11
Manutenção e Conservação de Bens	9.281,28	-	9.281,28	38.140,24	-	38.140,24
Transporte	7.184,79	-	7.184,79	45.368,04	-	45.368,04
Seguro	6.978,84	-	6.978,84	9.902,28	-	9.902,28
Compensação	640.716,21	-	640.716,21	430.381,97	-	430.381,97
Aluguel	16.608,00	-	16.608,00	28.312,34	-	28.312,34
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	93.766,49	-	93.766,49	141.072,10	-	141.072,10
TOTAL	5.616.400,58	-	5.616.400,58	4.186.493,88	-	4.186.493,88

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	11.910,05	-	11.910,05	21.642,78	-	21.642,78
Valores a Repassar à Cooperativa Central	87.360,77	-	87.360,77	84.000,00	-	84.000,00
Chèques Depositados Relativos a Descontos	278.418,08	-	278.418,08	197.532,69	-	197.532,69
Aguardando Compensação	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos - Liquidação Cobrança	66.574,79	-	66.574,79	64.537,30	-	64.537,30
Diferença de Caixa	23.214,67	-	23.214,67	22.548,66	-	22.548,66
Creditos de Terceiros	2.212.422,73	-	2.212.422,73	104.100,00	-	104.100,00
Valor a Pagar de Honorários pelos Fundos Garantidores	1.154,10	-	1.154,10	-	-	-
Pendências a Regularizar	90.602,70	-	90.602,70	26.978,24	-	26.978,24
Descontos Folha Pago - Crédito Consignado	144.999,23	-	144.999,23	111.859,58	-	111.859,58
Creditos de honorários Advogados não foram mais prestados	249.862,43	-	249.862,43	936.982,26	-	936.982,26
Credores Diversos - País	45.421,95	-	45.421,95	31.459,76	-	31.459,76
TOTAL	3.208.162,90	-	3.208.162,90	2.601.521,44	-	2.601.521,44

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 70.350,00** com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 70.350,00** com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	55.442.051,62	45.319.250,98
Quantidade de Cooperados	35.598	35.010

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social - instruções para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em 100% para os associados no valor de R\$ 7.274.236,70.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	21.914.086,28	22.781.516,66
Sobras do exercício após as Destinações e Juros ao Capital	-	-
(*) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	3.433.638,79	1.449.939,01
Base de cálculo das destinações	25.347.665,07	24.241.455,67
(1) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(15.208.587,94)	(14.548.473,40)
(2) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(2.534.764,07)	(2.425.745,57)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	7.604.293,52	7.274.236,70

a) 60 % para o Fundo de Reserva, sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Atos Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Atos Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 61% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 3.754.004,30 e em 2022, no montante de R\$ 2.038.576,14. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2006, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitando a 100% da taxa referencial Selic.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como atos não cooperativos os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	8.848.500,72	8.803.389,38
Recursos específicos de atos não cooperativos	(2.257.819,92)	(1.453.195,42)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.408.239,56)	(2.490.636,22)
Resultado operacional	4.182.451,24	4.859.553,32
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	10.887,09	200.409,36
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.260.339,33	4.779.943,65
IMP/CSLL	(225.384,92)	(1.074.943,01)
Deductions - Res. Resolução 129/16 e 145/16 (a)	(5.960.837,60)	(3.738.564,81)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.925.383,19)	(34.584,14)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (concorrentes), segundo o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976. Tais rendas compõem a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

23. Recetas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
	30.536.035,05	1.118.127,26	879.948,97
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	60.447.294,42	38.969.947,17	-
Rendas de Empréstimos	6.877.978,30	13.920.156,26	13.914.521,31
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	8.422.201,09	16.242.166,80	12.548.189,08
Rendas de Financiamentos	1.026.633,50	2.029.810,53	981.023,63
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.089.259,48	1.782.107,50	1.624.407,50
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Descontados da Vista	794.007,11	1.483.863,80	1.268.953,78
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Descontados de LCA	6.549,33	12.960,88	14.111,92
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honorários	3.717,52	3.717,52	65,40
Recuperação de Créditos Livres (Recursos do Próprio)	5.119.102,32	7.281.163,52	4.242.550,00
TOTAL	56.573.564,37	109.287.390,20	83.443.368,18

24. Dispersões e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
	(31.675.881,32)	(57.274.872,70)	(34.382.980,71)
Despesas de Captação	(3.905.942,60)	(7.982.989,78)	(8.041.559,05)
Despesas/Reversões para Despesas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(18.869.458,68)	(32.324.878,93)	(22.307.472,28)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	(6.438.076,08)	(18.811.712,51)	(7.140.616,92)
Reversões de Provisões para Outros Créditos	(238.670,17)	(880.003,31)	(526.461,07)
Provisões para Operações de Crédito	(26.789.963,78)	(47.949.470,72)	(36.292.057,79)
Provisões para Outros Créditos	(2.077.258,27)	(4.714.734,02)	(3.682.959,63)
TOTAL	(54.579.559,05)	(98.101.241,40)	(68.735.189,00)

25. Ingressos e Recetas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
	1.567.809,79	3.109.452,81	2.887.523,67
Rendas de Cobrança	3.966.718,14	4.558.113,32	-
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	100.759,81	283.848,83	295.448,24
Rendas de Comissões	3.466.972,98	6.554.701,12	4.941.010,42
Rendas de Endossamento	8.329,87	6.329,87	4.859,48
Rendas de Cartões (a)	504.130,69	144.224,78	2.306.197,09
Rendas de Outros Serviços	642.391,41	1.170.405,83	1.127.388,47
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transmissões de Pagamento (a)	-	-	-
TOTAL	11.076.956,89	18.688.788,33	11.562.832,37

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <http://novojornaldenoticias.com.br/application/index/noticias/c/ATAS,%20COMUNICADOS,%20BALAN%C3%87OS/d/8>



Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Montes Claros/Minas Gerais



a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGO nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.141.468,80	4.081.731,60	3.778.122,20
Rendas de Serviços Prioritários - PF	477.486,65	925.569,07	915.781,43
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	54.053,10	107.885,21	55.430,80
Rendas de Serviços Especiais - PF	3.831,00	4.952,00	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.608.488,68	7.862.583,49	6.067.101,55
TOTAL	7.289.320,24	12.962.731,37	10.816.415,98

27. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(102.812,54)	(192.970,44)	(160.804,44)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.132.820,10)	(2.124.403,75)	(1.895.685,03)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.952.932,33)	(5.782.088,47)	(4.842.460,32)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.200.786,31)	(6.271.283,32)	(5.158.056,85)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.091.087,50)	(17.277.717,23)	(13.966.935,62)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(8.400,00)	(10.793,76)	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(87.851,70)	(161.255,78)	(148.038,14)
TOTAL	(16.576.290,38)	(31.822.509,75)	(25.970.020,40)

28. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(431.673,03)	(761.027,76)	(264.963,94)
Despesas de Aluguel	(1.287.465,44)	(2.485.141,59)	(2.101.586,14)
Despesas de Comunicações	(370.162,36)	(174.221,36)	(171.197,61)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(850.780,01)	(1.508.445,40)	(995.110,93)
Despesas de Material	(196.366,71)	(417.580,50)	(536.219,95)
Despesas de Processamento de Dados	(1.529.671,23)	(2.960.896,99)	(2.422.595,10)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(681.646,17)	(1.778.720,33)	(1.033.445,60)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(141.199,26)	(212.226,68)	(243.806,21)
Despesas de Publicações	-	-	(411,16)
Despesas de Seguros	(207.871,51)	(428.508,26)	(424.266,94)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.816.983,39)	(4.814.468,72)	(4.845.156,11)
Despesas de Serviços de Terceiros	(508.481,72)	(1.103.865,88)	(1.232.194,03)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(756.415,88)	(1.328.787,15)	(1.038.616,82)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(455.315,94)	(910.449,44)	(784.975,46)
Despesas de Transporte	(460.086,77)	(958.097,68)	(1.010.755,58)
Despesas de Viagem no País	(171.885,73)	(383.048,78)	(295.599,35)
Despesas de Depreciação/Amortização	(1.217.176,62)	(2.202.285,71)	(1.832.438,25)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.567.799,32)	(3.067.909,75)	(2.990.300,32)
TOTAL	(13.641.081,06)	(26.199.490,29)	(22.873.992,01)

a) Os saídos das Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros, jornais e revistas	(280,48)	(460,88)	(837,80)
Condomínio	(331,16)	(484,42)	(1.748,98)
Contribuição sindical patronal	-	-	(20,00)
Empréstimos judiciais e cartórios	(275.050,75)	(834.662,60)	(654.629,67)
Copacozinha	(41.177,91)	(71.509,06)	(38.484,40)
Lanches e refeições	(213.010,39)	(385.472,37)	(295.188,87)
Uniformes e vestuários	(9.806,00)	(9.806,00)	(177.681,90)
Contribuição a OCE	(60.836,35)	(164.700,00)	(106.968,55)
Taxas da junta comercial	(881,76)	(1.297,01)	(1.476,44)
Impostos e taxas	(96,62)	(709,61)	(1.227,06)
Medicamentos	(80,91)	(103,01)	(98,42)
Taxas e juros diversos	(1.428,93)	(4.428,93)	-
Mensalidades diversas	(9.897,00)	(20.086,47)	(21.736,65)
Coordenadores de UAR	-	-	(5.488,93)
Ratão de despesas da Central - Nota 35.2 b	(529.103,14)	(978.582,63)	(846.552,29)
Despesas de despesas do Sicoob Cruz	(103.022,09)	(267.780,16)	(307.861,68)
Contribuição confederativa	(28.127,10)	(42.855,25)	(14.056,35)
Disp. Centro de serv. Compart. - CCS	(230.375,49)	(455.053,07)	(350.328,22)
Outras despesas indutivas	(2.504,01)	(2.504,01)	-
Outras despesas administrativas	(13.816,34)	(28.102,47)	(81.872,62)
TOTAL	(1.667.799,32)	(3.067.909,75)	(2.990.300,32)

29. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(100.354,17)	(170.185,25)	(170.932,88)
Disp. Impostos à Serviço - ISB	(197.325,04)	(394.294,99)	(353.881,38)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(173.765,63)	(353.841,24)	(340.134,37)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(28.240,16)	(57.818,30)	(55.494,12)
TOTAL	(499.905,00)	(975.839,78)	(860.412,85)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	63.278,30	423.719,92	681.866,95
Dividendos	-	119.939,28	89.700,15
Distribuição de sobras da central	-	369.319,91	369.369,65
Atualização depósitos judiciais	201.117,33	391.995,41	193.016,38
Outras rendas operacionais	57.284,24	163.405,98	212.546,08
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	3.301.157,57	6.691.268,79	5.460.616,26
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.685.965,02	1.685.965,02	1.393.971,54
TOTAL	5.308.802,46	9.895.612,23	8.392.016,02

31. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(757.240,49)	(1.135.330,83)	(823.840,41)
Outras Despesas Operacionais	(653.573,58)	(1.115.201,93)	(1.691.005,71)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(3.327.226,15)	(4.357.192,17)	-
Desconto Cancelamento de Tarifas	(568.104,54)	(1.254.038,06)	(1.058.960,42)
Contribuição ao Fundo de Resgate de Fraudes Externas	(215.152,47)	(348.721,41)	(203.538,69)
Contrib. ao Fundo de Resgate de Fraudes Externas	(29.367,89)	(255.854,16)	(68.154,17)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	(8.445,01)
Perdas - Práticas Inadequadas	(9.055,47)	(9.055,47)	(16.199,65)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	-	(6,01)
Despesas de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.025.822,95)	(3.433.638,79)	(1.449.959,01)
TOTAL	(6.567.919,07)	(11.929.584,84)	(5.336.676,59)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 25(a).

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(246.167,38)	(375.982,03)	(400.809,72)
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	-	(58.322,29)
Provisões para Contingências	(346.032,87)	(675.121,31)	(539.569,46)
Reversões de Provisões para Contingências	99.865,48	299.139,28	198.812,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(117.266,42)	(356.168,50)	(453.081,97)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.131.586,88)	(2.488.108,48)	(2.023.108,55)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	-	2.133.938,98	1.570.028,86
TOTAL	(383.433,80)	(732.160,53)	(853.891,69)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos PJ Venda	-	79.900,00	24.900,00
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	260,00	250,00
Ganhos de Capital	27.299,48	54.687,83	75.188,32
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	-
Reversão de Provisões PJ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos PJ Venda	-	13.380,00	213.000,00
Outras Rendas Não Operacionais	-	993,59	7.147,07
J Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos PJ Venda	-	-	(1.600,00)
J Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	(3.200,00)
J Perdas de Capital	-	(11.728,99)	(17.249,17)
J Outras Despesas Não Operacionais	-	(10.987,99)	(57.879,06)
TOTAL	6.226,99	128.667,08	206.209,36

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premisa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância íntegra das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vinho de Grupo Econômico	3.463.129,48	0,6160%	25.699,28
P.R. - Sem Vinho de Grupo Econômico	2.997.309,25	0,5333%	52.584,25
TOTAL	6.460.438,73	1,1493%	78.283,54
Montante das Operações Passivas	6.944.887,40	1,0218%	-

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,1229%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,4850%
Crédito Rural (modalidades)	0,4801%
Aplicações Financeiras	1,3024%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	58.002,48	6.209,56	1,2035%
Conta Garantida	26,25	0,13	0,0002%
Financiamentos Rurais	5.757.168,30	99.615,08	7,8108%
Empréstimos	3.365.249,51	71.628,98	1,3489%
Financiamentos	562.343,48	3.147,21	0,6085%
Direitos Creditórios Descontados	309.496,17	146,66	0,0298%
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	2.143.386,03	1,0707%	-
Depósitos a Prazo	3.167.430,62	0,8649%	0,8842%
Letra de Crédito Agromoney - LCA	7.533.151,44	6,6679%	0,8885%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	418.002,08	2,9272%	0,8507%

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo Médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	2,1000%	2,08
Empréstimos	1,5122%	30,76
Financiamentos	1,3589%	50,85
Aplicação Financeira - Pte Fixada (% CDI)	98,8275%	113,03
Letra de Crédito Agromoney - LCA	0,8621%	28,01
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,8543%	4,71

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas a taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo Médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	2,1000%	2,08
Empréstimos	1,5122%	30,76
Financiamentos	1,3589%	50,85
Aplicação Financeira - Pte Fixada (% CDI)	98,8275%	113,03
Letra de Crédito Agromoney - LCA	0,8621%	28,01
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,8543%	4,71

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	106.761,91
Crédito Rural	7.527.483,72
Direitos Creditórios Descontados	16.900,34
Empréstimos	13.235.426,72
Financiamentos	1.828.331,72

e) As cobragências prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bases	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Cobragências	704.201,40	325.166,28

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.784/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
NSS Diretores/Conselheiros	(222.403,49)	(478.648,37)	(420.102,88)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.129.355,16)	(2.117.212,66)	(1.889.954,98)
P.O.T.S. Diretoria	(59.349,94)	(135.302,95)	(117.221,62)
Plano de Saúde	(3.464,91)	(7.191,10)	(6.000,05)

36.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDITOR, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil. A autenticidade desse documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <http://novojornaldenoticias.com.br/application/index/noticias/c/ATAS,%20COMUNICADOS,%20BALAN%C3%87OS/DI/8>



Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Montes Claros/Minas Gerais

O SICOOB CREDINOR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDINOR. CREDINORAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDINORAS:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4	404.058.931,63	193.128.742,37
Ativo - Participações das Cooperativas - Nota 5	14.786.422,77	12.681.077,02
Total das Operações Ativas	418.845.354,40	205.809.820,52
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses - Nota 16.b	4.097.525,66	5.593.817,38
Total das Operações Passivas	4.097.525,66	5.593.817,38

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDINORAS:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos - Nota 4	22.746.368,36	38.311.269,81	21.356.723,68
Total das Receitas	22.746.368,36	38.311.269,81	21.356.723,68
Ratário de Despesas da Central - Nota 28.a	(259.103,14)	(978.562,93)	(846.552,29)
Total das Despesas	(259.103,14)	(978.562,93)	(846.552,29)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	137.796.352,94	113.232.535,58
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	614.054.320,38	524.035.160,67
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	22,44	21,61
Imobilizado para cálculo do limite	29.097.385,86	22.533.860,96
Índice de imobilização (limite 50%) %	21,11	19,90

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Risco (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e segurança, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e o fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, a fim de subsidiar o processo de controle de risco e de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWApod) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos, qualitativos, a fim de subsidiar o processo de controle de risco e de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas.

i) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (RRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas em melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, a variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (MII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB; e b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (RRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <http://novojornaldenoticias.com.br/application/index/noticias/c/ATAS,%20COMUNICADOS,%20BALAN%C3%87OS/d/8>



Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Montes Claros/Minas Gerais

a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível notar os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvimentos e divulgações nos materiais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.
- As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os Índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo de capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequados dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionar as atividades de gestão do risco cibernético e revisar periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

MONTES CLAROS-MG

AILTON JOSE VIEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

ENRIQUE MORAIS DE BARROS
DIRETOR DE GESTÃO DE RISCOS

ALEXANDRE ANTONIO DE MIRANDA VIANNA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG 091.409/O-6



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
As Administradoras, Conselheiras e Cooperadas da
Cooperativa de Crédito Creditor Ltda. - Sicoob Creditor

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Creditor Ltda. - Sicoob Creditor ("Cooperativa") e seu componente o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras no período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações essenciais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com as normas, emitimos a seguinte opinião: "Responsabilidade das demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Creditor Ltda. - Sicoob Creditor em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil."

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com as normas, emitimos a seguinte opinião: "Responsabilidade das demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Creditor Ltda. - Sicoob Creditor em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil."

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de dar ter o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta distorção de forma relevante, seja, com base no trabalho realizado, concluindo que há distorção relevante no Relatório da Administração, somente respeitadas a consideração desse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades de diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela desenvolver como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando apropriado, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ter que a diretoria pretende liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não tenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, omissão ou representação falsa intencional.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis aplicadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou indicar modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão sobre fundamentação nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do escopo de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP345/19/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP30534/O-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <http://novojournaldenoticias.com.br/application/index/noticias/c/ATAS,%20COMUNICADOS,%20BALAN%C3%87OS/id/8>

